

NEODESENVOLVIMENTISMO ARRAIGADO: SOBRE A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS EM SERVIÇO SOCIAL.

INGRAINED NEODEVELOPMENT: ON THE PRODUCTION OF KNOWLEDGE IN SOCIAL WORK.

Fabício Augusto Araújo Ribeiro¹

Resumo: Em meio à hegemonia da lógica e da perspectiva neodesenvolvimentista no conjunto geral do pensamento crítico brasileiro, está em jogo, para assistentes sociais que objetivam uma ação profissional que intencione romper com o neoconservadorismo, a possibilidade e a necessidade da apropriação e do aprofundamento na perspectiva crítica. A revisão bibliográfica centrada no debate acerca do neodesenvolvimentismo, critica a influência desta perspectiva sobre as condições teóricas e políticas nas quais o Serviço Social brasileiro desenvolve a sua compreensão sobre a atual conjuntura nacional e intervém na realidade por ela (re)produzida. O objetivo deste trabalho é colocar provocações ao debate da produção de conhecimentos em Serviço Social no Brasil atual frente à possibilidade do neodesenvolvimentismo arraigado. Caracteriza-se conceitualmente e materialmente o neodesenvolvimentismo, traça as suas relações com o Serviço Social brasileiro e questiona os desdobramentos da sua influência sobre a produção de conhecimentos e a intervenção desta categoria profissional na contemporaneidade. A perspectiva e a lógica neodesenvolvimentistas podem atuar no interior do Serviço Social brasileiro, assim como no campo do pensamento crítico em geral, incutindo uma redução no rigor crítico com o qual se compreende a realidade e nela se intervém.

Palavras-chaves: Serviço Social. Neodesenvolvimentismo. Produção de conhecimentos.

Abstract: In the midst of the hegemony of logic and the neodevelopmentalist perspective in the general set of Brazilian critical thinking, for social workers who aim at a professional action that intends to break with neoconservatism, the possibility and necessity of appropriation and deepening in the critical perspective. The literature review discusses the influence of the neo-developmental perspective on the theoretical and political conditions in which the Brazilian Social Service develops its understanding of the current national conjuncture and intervenes in the reality (re)produced by it. The objective: to provoke the debate on the production of knowledge in Social Work in Brazil today in face of the possibility of entrenched neo-developmentalism. Neodevelopmentalism is conceptually and materially characterized, traces its relations with the Brazilian Social

¹ Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela UFTM. Mestrando em Serviço Social pela UNESP Franca, orientando do Prof. Dr. Gustavo José de Toledo Pedroso. Assistente Social da Prefeitura Municipal de Uberlândia. Membro dos grupos de estudos FIAPO E GEPIIA, da UNESP Franca. ORCID: 0000-0003-3686-3150. E-mail: faa.ribeiro@unesp.br

Artigo submetido em: 14 de maio de 2022.

Artigo aceito em: 24 de julho de 2022.

p. 195-213. DOI: <https://doi.org/10.46551/rssp202228>

Service and questions the consequences of its influence on the production of knowledge and the intervention of this professional category in contemporary times. The neo-developmental perspective and logic can act within the Brazilian Social Work, as well as in the field of critical thinking in general, instilling a reduction in the critical rigor with which reality is understood and intervened in it.

Keywords: Social Work. Neodesenvolvimentalism. Knowledge production.

INTRODUÇÃO

As reflexões apresentadas no presente artigo surgiram a partir das discussões realizadas na disciplina de “Pesquisa em Serviço Social I”, do programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista – Unesp/Franca, no primeiro período de 2021, bem como de processos sistemáticos de discussão, pesquisa e estudos entre os discentes da pós-graduação.

No presente texto, conduzido pelo fio do debate acerca do neodesenvolvimentismo, em diálogo com contribuições do Serviço Social acerca o desenvolvimento da profissão no país, bem como da sua compreensão da conjuntura nacional contemporânea, objetivando colocar provocações ao debate da produção de conhecimentos em Serviço Social no Brasil atual frente a possibilidade do neodesenvolvimentismo arraigado – ou seja, perspectiva que lançou raízes, é insistente, mas que precisa, no caso, ser arrancado – no pensamento crítico brasileiro contemporâneo, apresentamos alguns elementos acerca da construção histórica, teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social brasileiro no bojo das transformações societárias, imanentes no Brasil e no contexto latino-americano.

A produção de conhecimentos e o desenvolvimento de pesquisas sociais no campo das ciências sociais e humanas por assistentes sociais foram fundamentais para o desenvolvimento da “intenção de ruptura” com o conservadorismo (NETTO, 2010), ainda que a direção crítica adotada na década de 1980 não fosse e não seja ainda incorporada por todo conjunto profissional do Serviço Social brasileiro.

A reconceituação profissional trouxe novas perspectivas à formação e ao exercício profissional de assistentes sociais: aprimorou os processos de pesquisa, produção de conhecimentos e a dimensão investigativa, possibilitou o repensar crítico sobre a profissão e seu objeto (as expressões da questão social), orquestrando a aproximação ideopolítica do Serviço Social às demandas das classes trabalhadoras.

O processo de reconceituação profissional foi atravessado por uma conjuntura política delimitada no tempo e na história do país. Na medida em que o Serviço Social latinoamericano se reconceituava, o Estado brasileiro se contrarreformava numa conjuntura de regressão dos direitos e das políticas sociais conquistadas texto constitucional de 1988. Na sequência dos acontecimentos, o contexto histórico-social dos governos neoliberais, que implementaram a política de desresponsabilização do Estado com a transferência do fundo público para o setores privados, provavelmente atuou como fator de estímulo para o aprofundamento na perspectiva da crítica marxista por parte do Serviço Social. Todavia, é importante refletir sobre o quanto este aprofundamento pode ter sido, ainda assim, afetado pelo contexto colocado nas últimas décadas.

É evidente o protagonismo que a produção de conhecimentos e a pesquisa social trouxeram ao Serviço Social no desenvolvimento da maturidade crítica profissional. A aproximação às demandas cotidianas da sociedade, especificamente da classe trabalhadora, possibilitou e foi possibilitada pela maturação da intenção de ruptura no seio profissional (NETTO, 2010). Entretanto, no cenário atual, marcado pelo neodesenvolvimentismo, o que está em jogo para assistentes sociais, que objetivam uma ação profissional que intencione romper com o neoconservadorismo em voga, é a apropriação de uma instrumentalidade profissional pautada na perspectiva teórico-metodológica e ético-política crítica que, colocando referências concretas para a ação profissional, possibilite a reconstrução permanente do movimento da realidade como expressão da totalidade social, gerando condições para um exercício profissional consciente, crítico, criativo e político, que só pode ser compreendido na relação de unidade entre teoria e prática.

NEODESENVOLVIMENTISMO ARRAIGADO: LIMITES AO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NA CONTEMPORÂNEIDADE.

O Serviço Social brasileiro consolidou, nas últimas décadas do século XX, uma nova perspectiva ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa para o exercício profissional e a formação. Essa nova perspectiva foi denominada por José Paulo Netto como "intenção de ruptura". Segundo o autor "a consolidação da ruptura com o conservadorismo - entendida aqui no sentido circunscrito - favoreceu a renovação teórico cultural da profissão" (NETTO, 1996: 112).

Neste conceito, o autor pretendeu expressar o significado da direção social crítica desenvolvida no bojo do Movimento de Reconceituação do Serviço Social brasileiro, que seguiu o processo sócio-histórico, de lastro latino-americano de análise crítica, não somente sobre o exercício e a formação profissional em Serviço Social, mas, sobretudo, da sociedade capitalista que se hegemonizou em todo o mundo nos *tempos modernos*.

A intenção de ruptura é, como o próprio conceito já anuncia, não exatamente um novo arcabouço teórico e metodológico acabado, mas sim uma direção, um sentido que se fundamenta na teoria social crítica de Karl Marx e Friedrich Engels e que busca o aprofundamento no pensamento social e da crítica da economia política de ambos os autores (NETTO, 1996). Neste contexto, aponta-se a importância do Movimento que protagonizou o desenvolvimento do chamado "Método BH". Compondo e contribuindo com este debate, Netto (1996) pondera:

Entendemo-nos: essa ruptura não significa que o conservadorismo (e, com ele, o reacionarismo) foi superado no interior da categoria profissional; significa apenas, que - graças a esforços que vinham, pelo menos, de finais dos anos setenta, o/no rebatimento do movimento da sociedade brasileira - posicionamentos ideológicos e políticos de natureza crítica e/ou contestadora em face da ordem burguesa conquistaram legitimidade para se expressarem abertamente. É correto afirmar-se que, ao final dos anos oitenta, a categoria profissional refletia o largo espectro das tendências ídeo-políticas que tensionam e animam a vida social brasileira. Numa palavra, democratizou-se a relação no interior da categoria e legitimou-se o direito à diferença ídeo-política. (NETTO, 1996: 111) (grifo do autor).

A intenção de ruptura, enquanto vertente do movimento de reconceituação do Serviço Social brasileiro (NETTO, 2010) marca não a apropriação da teoria marxista pelo Serviço Social, mas a decisão de parte importante do coletivo profissional de apropriar-se deste arcabouço teórico como um caminho a ser seguido cada vez mais de forma aprofundada, para que a categoria buscasse se consolidar como uma profissão crítica do modo de produção e reprodução capitalista, na qual está inserida, da qual é fruto, à qual servia até então e sobre qual agora, o Serviço Social brasileiro, deveria assumir uma posição ético-política consciente.

A posição crítica significa reconhecer, por um lado, os avanços históricos e civilizatórios que o capitalismo conquistou com a derrocada do sistema feudal de produção e reprodução, mas por outro lado reconhecer os graves problemas que a sociedade burguesa impõe ao desenvolvimento social na perspectiva humana, o que em síntese é um

processo que se mantém na lógica da desigualdade, de forma combinada e aprofundada, sobretudo com a lógica do imperialismo que impõe aos países da periferia do sistema um caráter estrutural de dependência e atraso.

A posição política representa a tomada de decisão deliberada coletivamente em favor da classe trabalhadora no contexto da análise que compreende a sociedade capitalista como sendo estruturalmente erguida sobre a luta de classes, em que por um lado a classe burguesa é aquela que se apropria dos resultados do trabalho humano social, inclusive empobrecendo-o, e por outro lado a classe que vive da venda da sua força de trabalho como única alternativa para a sua sobrevivência nesta forma de sociedade.

Então, as últimas décadas do século XX e o início do século XXI marcaram para o Serviço Social brasileiro um período histórico de aprofundamento da profissão nos elementos constituintes, conceitos e resultados produzidos pela teoria social crítica de Marx e Engels. É um período em que a possibilidade de radicalização do pensamento do Serviço Social brasileiro está colocada. Este processo, como bem analisado por Netto (2010) não é um processo uniforme e não garante, exatamente, que esta radicalidade seja adotada por todo o conjunto da categoria do Serviço Social. Ele será atravessado por variáveis que constituirão no interior da profissão uma diversidade de pensamento, inclusive no contexto geral da perspectiva crítica, pensamentos mais ou menos radicalizados, mais ou menos críticos, coletivos profissionais que vão se apropriar de forma mais ou menos aprofundada e própria deste novo arcabouço teórico assumido pela profissão.

De forma geral, é possível se afirmar que este período foi um tempo que possibilitou à categoria alguns avanços: a consolidação da sua organização política, essencialmente por meio da reforma das três entidades representativas da categoria, passando a se caracterizar pela perspectiva crítica de forma gradualmente radicalizada, cujas posições expressam o aprofundamento desta perspectiva. O conjunto CFESS-CRESS e a ABEPSS, que impuseram reformas internas, e a ENESSO², que empreendeu um processo de radicalização da sua perspectiva e do seu programa. A legitimação social da profissão culmina na aprovação da Lei de Regulamentação Profissional (Lei 8662 de 1993) e na atualização do Código de Ética profissional, assim como o estabelecimento das novas

² CFESS-CRESS: conjunto que compreende os conselhos Federal e regionais de Serviço Social. ABEPSS: Associação Brasileira de ensino e pesquisa em Serviço Social. ENESSO: Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social.

diretrizes curriculares de 1996 que expressam a direção crítica e a sua intenção de ruptura com a lógica burguesa de ordem social.

Este processo também possibilitou ao Serviço Social brasileiro a expansão da formação profissional, não somente em nível de graduação, como também no nível da pós-graduação. Nas décadas de 1970 e 1980 inicia-se a produção de conhecimentos em Serviço Social a partir da criação do curso de Pós-graduação, em 1972, na PUC/RJ e, no mesmo ano, na PUC/ SP; e, posteriormente, em 1981, o Doutorado na PUC/SP (o primeiro em Serviço Social na América Latina), reconhecido pelo CNPq e pela CAPES³.

A criação destes programas de pós-graduação *stricto sensu* possibilitou avanços na formação ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica do Serviço Social, na medida em que a profissão aprimorou seus processos de formação e trabalho, bem como de pesquisa e de produção de conhecimentos. Afinal, a inserção de assistentes sociais na pós-graduação e, por conseguinte, na elaboração de pesquisas e produção de conhecimentos está diretamente relacionada ao processo latino-americano de reatualização e reconceituação da profissão, da intenção de ruptura com o conservadorismo positivista ou fenomenológico.

Segundo Netto (1999: 102), *mesmo* que se considere que o Serviço Social não disponha "de uma teoria própria, nem é uma ciência; isto não impede, entretanto, que seus profissionais realizem pesquisas, investigações etc., e produzam conhecimentos de natureza teórica, inseridos no âmbito das ciências sociais e humanas." Esta citação elucida que, através da pesquisa, na perspectiva do Serviço Social reconceituado, a profissão pode (re)conhecer na realidade apresentada suas metamorfoses e contradições, e se refazer nesse processo. A pesquisa social e a produção de conhecimentos na perspectiva crítica contribuíram largamente para capacitar os profissionais também enquanto cientistas sociais, preocupados em mudar a realidade social capitalista e produzir conhecimentos sobre essa realidade, para embasar a prática profissional e contribuir para o avanço científico das Ciências Sociais e do corpo profissional.

À luz da perspectiva crítica, o Serviço Social, ainda que de modo heterogêneo, permitiu a reconstrução contínua do seu objeto de trabalho, as expressões da questão social (IAMAMOTO, 2006), situando a profissão no bojo da luta de classes e no contexto

³ PUC: Pontifícia Universidade Católica. CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

marcado pelas determinações imanentes que produzem e reproduzem a sociabilidade burguesa.

No campo da produção de conhecimentos e pesquisas em Serviço Social no Brasil teve um longo impulso nos anos de 1980. No período de 1983, com o primeiro ENPESS⁴, em São Luiz (MA) a 1998, quando se definiu, em Brasília (DF), durante o VI ENPESS, que os encontros de pesquisadores passariam a ocorrer em biênios, ocorreram vários encontros nacionais de pesquisadores em Serviço Social, com destaque para os temas centralizados na formação profissional, como movimentos sociais urbanos, políticas sociais do Estado (especialmente, saúde e assistência), história, teoria e metodologia no Serviço Social. Na década de 1990 tivemos uma diversificação temática no campo da pesquisa em Serviço Social. Assim temos: a seguridade social pública e privada - assistência social, saúde, previdência - educação, infância e juventude; o Serviço Social nas relações de trabalho; formação profissional do assistente social; Serviço Social ante as relações de gênero e de etnia; dimensão ética da prática do assistente social; Serviço Social ante a política de habitação e saneamento; movimentos sociais rurais e urbanos na atualidade; prática do Serviço Social junto à população idosa; desafios teórico-políticos do Serviço Social ante o neoliberalismo (IAMAMOTO, 2006). O material produzido a partir da década de 1980 já apontava para a perspectiva postura crítica e a aproximação ao pensamento marxista se evidenciava, primeiramente enviesada pela aproximação a Althusser, depois amadurecida com forte recurso a Lukács e Gramsci. Outros temas apresentados neste momento são de grande relevância, alguns já discutidos amplamente, como a dicotomia teoria e prática, outros ainda estão presentes, tais como: a pesquisa e sua essencialidade na construção do saber, o processo de trabalho e suas modificações nas relações societárias. (IAMAMOTO, 2006). Este aprofundamento na teoria crítica levou a profissão a se articular cada vez mais organicamente aos processos e às instituições de organização da classe trabalhadora.

Tais conquistas mais recentes do Serviço Social se deram no contexto de implementação do projeto neoliberal no Brasil, que se expressou no campo político por meio da ascensão de governos comprometidos expressamente com o receituário novo.

No período entre os anos 1980 e 1990, ao passo em que na América Latina o Serviço Social estabelecia seu processo de reconceituação, o Estado brasileiro se reformava no

⁴ Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social

sentido de regressão dos direitos e das políticas sociais previstas pela Carta Magna de 1988. Por meio dos preceitos neoliberais, a relação entre o Estado e as classes sociais da sociedade civil é alterada na direção dos indicativos do Consenso de Washington, formulado em 1989 pelo economista John Williansom.

Neste Consenso, compôs-se uma lista de medidas defendidas pelos organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), no propósito de introduzir reformas econômicas, a serem empreendidas na América Latina, na direção das novas exigências da acumulação do capital. Essa foi uma realidade mundial, na qual vários países se associaram na perspectiva do capitalismo financeiro globalizado (BRESSER-PEREIRA: 1990).

O governo de Fernando Collor inicia a agenda neoliberal no Brasil por meio do processo de abertura da economia ao mercado internacional, via redução das barreiras alfandegárias.

O programa de privatização e de desmonte do Estado faz parte da agenda Collor, como condição para o combate da inflação. Além disso, é no seu governo que é lançado o programa de reestruturação produtiva, segundo o qual as empresas deveriam procurar um processo de gestão pela qualidade e produtividade, único caminho capaz de torná-las mais competitivas para entrarem no chamado mundo desenvolvido, 'com colaboradores mais felizes e engajados, numa relação em que todos - patrões, empregados e a sociedade - sejam vencedores'. (TEIXEIRA, 1996, p. 237).

A falência política do governo Collor, em 1992, não levou ao abandono das premissas básicas de seu governo. Para Teixeira (1996, p. 235), o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) pregou de forma aberta a "necessidade de se passar de uma fase estatal do desenvolvimento econômico e social para uma outra fase, na qual a sociedade possa comandar, a partir de si mesma, ações para combater a miséria, a fome e a marginalidade social".

Conforme destaca Lúcia Lopes (2017, p. 4)

Na década de 1990, o governo Fernando Henrique, diante da dívida e do baixo crescimento econômico cedeu às pressões do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, comprometendo-se com o projeto neoliberal e a política de austeridade fiscal. Reduziu direitos, privatizou estatais e iniciou *o movimento de contrarreforma da seguridade social*. (Grifo da autora).

No governo do Partido dos Trabalhadores, Lula (2003 - 2010) e Dilma (2011 a 2016), apesar da esperança que se tinha por um governo progressista que incorporasse em sua

agenda as pautas da classe trabalhadora, pela consolidação do Estado de bem estar social no Brasil, "a política macroeconômica do governo anterior foi mantida. As políticas sociais continuam fragmentadas e subordinadas à lógica econômica. Nessa setorização, a concepção de seguridade social não foi valorizada" (BRAVO; MATOS, 2006, p. 211).

Lúcia Lopes, ao analisar os impactos do governo Lula nas políticas de seguridade social, especificamente na previdência social, afirma que o mesmo:

[...] iniciou sob expectativa popular e em condições econômicas adversas. Porém, já comprometido com o grande capital. A *Carta ao Povo Brasileiro*, de 2002, apontou para um mercado de consumo de massas e para a "reforma" da previdência e do trabalho. Dito e feito. Melhorou o desempenho da economia, os indicadores do trabalho, valorizou o salário mínimo e reduziu índices de pobreza, mas, sua política macroeconômica não fugiu à perspectiva neoliberal. Prosseguiu a *contrarreforma da previdência*, atingindo, sobretudo, os regimes dos servidores públicos, pelas emendas constitucionais nºs 41 e 42 de 2003 e a nº 47 de 2005. Em 2008, com o agravamento da crise, usou os benefícios previdenciários e do bolsa família para estimular o consumo, deixando aposentados e pensionistas endividados, sob controle do capital financeiro. (LOPES, 2017, p. 3)

Nessa mesma orientação política e macroeconômica,

O governo Dilma seguiu a trilha. Criou a fundação de previdência complementar dos servidores públicos federais, em 2012. No contexto de agravamento da crise e expansão da dívida, cedeu a novas pressões e, em 2014 as medidas provisórias 664 e 665 de 2014, convertidas em leis, em junho de 2015, dificultaram o acesso à pensão por morte, ao auxílio-doença, à aposentadoria por invalidez, ao seguro-desemprego e outros. Em 2015, as renúncias tributárias atingiram R\$ 276 bilhões, reduzindo o financiamento da seguridade social, como diz a ANFIP, na *Análise da seguridade em 2015*. Nesse ano, criou o fórum de política de emprego, trabalho, renda e previdência social, para propor mudanças. Com o *impeachment* da Presidenta, o relatório do fórum serviu ao governo Temer na PEC 287/2016 - a mais agressiva proposta de contrarreforma da seguridade. (LOPES, 2017, p. 4)

Desta forma, Lúcia Lopes busca evidenciar que as políticas "populares" dos governos do Partido dos Trabalhadores não sobrepõem a sua orientação neoliberal. Que a manutenção da orientação socioeconômica implementada nos anos noventa conforma um cenário de contradições profundas, e mantém a direção social do Estado brasileiro, mesmo dirigido por representantes diretos dos trabalhadores, em favor do Capital.

Observa-se que, apesar da manutenção da agenda econômica dos governos anteriores, o lulopetismo, ou seja, o amplo conjunto político e ideológico liderado por Lula, por meio do Partido dos Trabalhadores, reinterpreta a relação entre as classes sociais e estas com o Estado.

A reconceituação do Serviço Social, portanto, é atravessada pela mudança, aparentemente radical, na conjuntura política nacional. A ascensão do representante da classe trabalhadora, Lula, pelo Partido dos Trabalhadores em 2002 e o desenvolvimento dos seus governos introduzem na sociedade brasileira uma nova conjuntura, fundada em uma nova interpretação das relações de conciliação estabelecidas entre a classe trabalhadora e as estruturas de poder do Estado brasileiro.

Este tipo brasileiro de relações entre as classes sociais fundamentais, denominada ampla e fartamente como “conciliação de classes”, vai engendrar no pensamento crítico (ainda muito jovem, recente e em processo de formação no Brasil) uma perspectiva particular, eminentemente política, que irá determinar os sentidos de uma importante fração do pensamento político, científico e social brasileiros na contemporaneidade. Pochmann (2010, p. 121-122) denominou a reinterpretação petista deste tipo de relação, como uma relação de “coalização interclasses sociais”, que afirmou ser “capaz de compreender - no plano nacional - a reunião desde as famílias de maior renda [...] até os segmentos extremamente miseráveis da população” e que “a emergência desse novo tipo de aliança poderia fortalecer o conjunto dos extratos sociais de baixa renda e de nível médio de organização”.

A realidade é que a ideologia da conciliação de classes substituiu a perspectiva da luta de classes e o Serviço Social brasileiro é, inevitavelmente, parte deste processo, não só porque uma importante fração politicamente organizada da categoria constitui a história de organização, desenvolvimento e ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder, mas fundamentalmente porque tem lugar certo no contexto do desenvolvimento do modo de produção capitalista e da sociabilidade burguesa.

Este novo período de “conciliação de classes” reproduz alguns mitos assumidos por parte significativa do pensamento crítico brasileiro, incluído aí (com bastante força) o Serviço Social; é o mito da conciliação de classes, a ideologia que faz acreditar que é possível um governo, ou pior ainda, o Estado servir às duas classes fundamentais ao mesmo tempo, que é possível atender aos interesses e às necessidades da classe trabalhadora ao mesmo tempo em que se atende aos interesses da burguesia. Não somente da burguesia nacional, como também e, sobretudo, do imperialismo, das burguesias internacionais.

Este pensamento é denominado no âmbito da produção de conhecimentos crítico sistematizada, ou seja, no âmbito do pensamento acadêmico e científico, como

neodesenvolvimentismo. Em síntese o neodesenvolvimentismo se fundamenta, no âmbito material, nas possibilidades conjunturais de enriquecimento nacional calcadas no *boom* das *commodities*, que constituiu a última fase de plena expansão aparentemente harmônica do modo de produção capitalista em todo mundo – baseada na produção e distribuição globalizada de produtos manufaturados –, representaram, ao modo de ver de pensadores como Plínio de Arruda Sampaio Junior (2012) e Rodrigo Castelo (2012), nada mais do que uma nova fase do processo de consolidação do modelo neoliberal no Brasil, particularizado pelo fato de se dar no contexto da ascensão política de uma fração expressiva da classe trabalhadora aos espaços de poder. O neodesenvolvimentismo se caracteriza, por um lado, por formas próprias e contemporâneas de realização do receituário neoliberal, adotando políticas previstas no Consenso de Washington e também previstas em demais formulações de organismos internacionais, como o Banco Mundial e o FMI.

As políticas neodesenvolvimentistas se caracterizam pela expansão da capacidade da acumulação capitalista, por um lado, e pela distribuição mínima (muito mínima), de um minúsculo naco da riqueza nacional à classe trabalhadora, por outro. Esta distribuição se dá por meio de políticas compensatórias amplamente desprovidas de qualidade e de dignidade e que defendem a retomada da ideologia dos mínimos sociais, da distribuição de mínimos sociais para a sobrevivência da classe trabalhadora brasileira.

Potyara Pereira (2002) estabelece uma discussão no sentido de compreender o que é o mínimo e o básico no que se refere às necessidades humanas. Para ela, o “mínimo tem conotação de menor, de menos”. Em sua acepção mais ínfima, identificada com patamares de satisfação de necessidades que beiram a desproteção social. “[Já, o básico] (...) expressa algo fundamental, principal, primordial, que serve de base de sustentação indispensável e fecunda ao que a ela se acrescenta”. Assim, o básico requer investimentos sociais com qualidade, sendo “a mola mestra que impulsiona a satisfação de necessidades em direção ao ótimo”. (PEREIRA, 2002, p. 26-27).

Segundo Rodrigo Castelo (2012, p. 631), o novo desenvolvimentismo abriu “uma nova etapa da revolução passiva com acordos entre modernas e arcaicas classes dominantes sob a égide da aristocracia operária que abandonou seus projetos de socialismo antes mesmo de assumir o governo, em um processo de transformismo”. Este autor destaca como frutos do modelo desta dita coalizão i) a redução da luta de classes ao controle estatal sobre o mercado e ii) o esvaziamento da grande política e do seu poder

transformador em que não se debate a questão da distribuição da riqueza nacional e nem a sua apropriação pelo capital no contexto da luta de classes. Desta forma, o neodesenvolvimentismo se constitui num rótulo que esconde sua essência neoliberal, ignorando as críticas marxistas e todo o seu cabedal teórico em torno dos problemas do desenvolvimento brasileiro, sobre a teoria do valor-trabalho, da vulnerabilidade externa, do subdesenvolvimento, da dependência e da revolução brasileira, “destruindo em 5 anos uma reputação clássica construída em 50 anos” (CASTELO, 2012, p. 634), (parafrazeando JK, estabelecendo um paralelo com a respeitada tradição nacional desenvolvimentista).

O neodesenvolvimentismo reinterpreta uma ideologia que justifica uma lógica política que diz pretender agradar às duas classes sociais fundamentais. Ela agrada a classe dominante de forma material, concreta, por meio da expansão recorde (até então) dos seus ganhos financeiros e por outro lado engendra uma ideologia que é capaz de mobilizar tanto as frações médias da classe trabalhadora, porque, inclusive, se fundamenta em princípios cristãos e que, por outro lado e por isto mesmo, agrada às frações mais empobrecidas por meio da distribuição de mínimos sociais, que anunciam o objetivo de combater a extrema pobreza e a fome, substituindo o projeto de combate às desigualdades sociais no Brasil.

O neodesenvolvimentismo, num primeiro plano, garante a pacificação do terreno político por meio do esvaziamento da consciência de classe, do enfraquecimento das organizações dos trabalhadores, cooptando-as às estruturas do Estado, distribuindo pequenos privilégios às suas lideranças, enquanto garante de forma contínua a expansão exponencial da acumulação do capital, apresentando como produtos, segundo Reinaldo Gonçalves (2012), a desindustrialização, a dissubstituição das importações e a sua reprimarização (fronteira produtiva direcionada aos setores primários), o aprofundamento da dependência tecnológica, a desnacionalização, a perda de competitividade internacional, maior concentração de Capital, financeirização acelerada, foco exclusivo em metas de curto prazo (imediatismo), revelando assim raízes nas “diretrizes do liberalismo econômico” (GONÇALVES, 2012, p. 661).

Plínio de Arruda Sampaio Junior (2012), referindo-se ao projeto neodesenvolvimentista, afirma:

O método de ocultação sistemática do negativo e de exaltação acrítica do crescimento e da modernização dos padrões de consumo como fins em si

transforma o vício em virtude. A relação indissolúvel entre desenvolvimento e barbárie característica de nosso tempo, que se manifesta com virulência redobrada nas economias periféricas, converte-se, assim, por um passe de mágica no seu contrário: o desenvolvimento capitalista virtuoso capaz de conciliar crescimento com equidade. A supervalorização dos fatos positivos e a pura e simples desconsideração dos aspectos negativos da realidade alimentam a mitologia de crescimento com distribuição de renda e aumento da soberania nacional (SAMPAIO JUNIOR, 2012, p. 680-681).

Mas estes elementos constituem apenas o aparente, a face mais visível deste projeto que se apresenta pacífico e harmônico. Diz-se "aparente" porque uma análise crítica, mais aprofundada sobre o período, não tem nenhuma dificuldade de descortinar uma realidade extremante violenta, em que o aparato do Estado foi utilizado para seguir oprimindo diversas frações da classe trabalhadora brasileira. O processo de genocídio do povo indígena, por exemplo, não cessou durante os governos do Partido dos Trabalhadores, pelo contrário, sob o manto da ideologia da conciliação de classes foi possível a aliança com a burguesia nacional latifundiária, de caráter essencialmente violento; uma classe que se formou, enriqueceu e constituiu o seu poder político e econômico às custas do genocídio dos indígenas, da escravização dos africanos e seus descendentes e da exploração aviltante da força de trabalho nacional, constituindo aquilo que o antropólogo e historiador monte-clarense, Darcy Ribeiro (1996), denominou como o *moinho de gastar gente*.

De forma que é necessário destacar que mesmo diante desta característica perversa que constitui o projeto petista de releitura da conciliação de classes no Brasil, importantes frações - provavelmente até mesmo a maior fração - do Serviço Social brasileiro se mantêm como base de apoio e de sustentação deste projeto populista de traição de classe representado pelo Partido dos Trabalhadores. Mitos, ou seja, discursos sustentados por análises enviesadas da realidade, como o da eliminação da extrema pobreza e do combate à desigualdade social, sustentados por uma política que na verdade os administra (e não elimina e nem combate), o mito da chegada da classe trabalhadora ao poder (através de representantes que não apresentam consciência de classe para si), o mito do respeito à diversidade racial, sexual e de gênero (no governo aliado ao patriarcado, ao latifúndio e aos líderes religiosos reacionários), entre outros, são continuamente reproduzidos por importantes frações do Serviço Social brasileiro.

Ainda sobre os mitos criados pelo neodesenvolvimentismo, Márcio Pochmann escreveu em 2010 que com o novo modelo de desenvolvimento "as crises externas deixaram de expor a sociedade brasileira às mesmas dificuldades observadas durante a

vigência do modelo neoliberal”, a queda deste mito se observou quando a marolinha se revelou uma tsunami, cujos efeitos devastadores ainda não foram superados até os dias atuais. Mitos ainda amplamente reproduzidos por uma escola ideopolítica em que “a aparência crítica é apenas um disfarce para a apologia do *status quo*” (SAMPAIO JUNIOR, 2012, p. 681). De forma que é preciso encerrar esta secção com uma pergunta muito necessária: *o neodesenvolvimentismo e a ideologia da conciliação de classes formaram uma nova perspectiva ética, política, teórica, metodológica e técnico-operativa no Serviço Social brasileiro, em substituição (negação) à teoria marxista?*

A questão posta acima precisa ser respondida para que se possa responder a uma segunda pergunta; uma outra pergunta que nasce da análise do atual contexto político, social e econômico do Brasil. Este contexto nasce da falência – ou da aparente falência – do projeto de conciliação de classes. Isto é, com a perda da capacidade de controlar as massas indignadas com a barbárie social, agudizada pela crise iniciada em 2008 e administrada pelo receituário neoliberal dos seguidos ajustes contra os direitos sociais, quebrou-se o pacto neodesenvolvimentista entre a direção política da classe trabalhadora e as burguesias. Tal quebra contratual consolida-se em 2016 e permite a entrada e a ascensão da extrema direita ao governo central brasileiro, a formação de um bloco histórico de aspiração fascista, de mais agressiva ainda retirada de direitos, representada inicialmente por Michel Temer, Vice-Presidente da República que ascendeu ao poder por meio de um golpe aplicado em 2016, contra a sua companheira de governo e de chapa presidencial (Dilma Roussef), substituído por uma das figuras mais asquerosas da história política recente, que representa o pensamento fascista no atual contexto nacional, que é o governo de Jair Bolsonaro.

Nada conciliatório, o governo Bolsonaro se constitui em um novo modelo de dominação burguesa, abertamente violento contra a classe trabalhadora nacional. Diante da agudização da atual crise estrutural do Capital, de contornos múltiplos (econômicos, sociais, ambientais, culturais, políticos, morais...), este governo responde aplicando ao problema doses mais altas (do que já vinha sendo aplicado), de reprodução das suas próprias causas, agravando o ciclo vicioso de aprofundamento da crise, por meio da intensificação da expropriação da classe trabalhadora e do meio ambiente, não somente utilizando-se do aparato do Estado como instrumento de repressão aberta da resistência da classe trabalhadora, mas também por meio do recrutamento social reacionário.

Assim, o governo de Bolsonaro engendra na sociedade brasileira um movimento de recrutamento e mobilização de frações sociais importantes numericamente - de ampla maioria de classe média, de pessoas brancas e de meia idade - para uma luta contra os grupos historicamente mais oprimidos da classe trabalhadora brasileira, em defesa aberta dos interesses do Capital. De forma que, uma das particularidades da intervenção da extrema direita a partir do Estado brasileiro é a sua capacidade de ampliar os instrumentos de coerção social por meio do recrutamento civil, para além do recrutamento militar.

A substituição da consciência de classe pela ideologia da conciliação de classes deu lugar ao processo de substituição da aparente conciliação de classes pela defesa dos interesses da classe burguesa de forma violenta aberta e direta.

A violência deixa de ser uma prática oficial do Estado dissimulada, como foi desde o fim dos anos de 1980 até 2016. A violência contra as frações historicamente oprimidas passa a ser o discurso oficial do Estado brasileiro e é assumida por importantes frações da sociedade civil, abertamente.

Neste contexto a Universidade é/será caçada, deslegitimada, a ciência passa a ser alvo de descrédito social, numa perspectiva de eliminação da produção de conhecimentos crítico em substituição à política de empobrecimento da produção do pensamento crítico que marcou o período anterior. A perda da radicalidade da produção do pensamento crítico é substituída pela perda da possibilidade da sua produção. Este projeto se expressa em programas oficiais como o FUTURE-SE (projeto do governo federal que transfere para as universidades federais a responsabilidade de se financiarem por meio de parcerias com setores privados), nas manifestações contínuas do Ministério da Educação de que a Universidade não é para todos, mas sim para poucos, se expressa na negação da ciência num contexto de combate à pandemia do coronavírus, na emergência de projetos de lei do Congresso Nacional, apoiados pelo Planalto e que pregam a "neutralidade" pedagógica, buscando cercear a diversidade e a pluralidade de ideias nas escolas, como o "Escola Sem Partido", o da "ideologia de gênero", entre outros.

Este contexto é extremamente dramático, primeiro porque ele representa o drama que é a substituição de um conjunto de políticas neoliberais que mercantilizaram, sucatearam e rebaixaram a qualidade do ensino superior, expresso em programas como

REUNI, PROUNI, FIES, EBSEH⁵, entre outras, por uma lógica mais perversa ainda, mais mercadológica ainda, uma política que consegue piorar o que já era muito ruim, como uma fase mais avançada e mais agudizante do neoliberalismo brasileiro. Segundo, porque neste contexto o que se apregoa é a eliminação da possibilidade da mediação, isto é a eliminação da política. Portanto, encarna uma perspectiva reacionária, gravemente antidemocrática.

A eliminação da política enquanto espaço de mediação dos interesses das classes fundamentais antagônicas é possível depois de se desenvolver no país uma drástica redução do nível da consciência de classe (SAMPAIO JUNIOR, 2012) e do desmanche, do desarmamento completo, das organizações da classe trabalhadora e de perda da sua capacidade de representação (CASTELO, 2012), (GONÇALVES, 2012), este é o dado preponderante que explica em grande medida a conjuntura na qual vive a sociedade brasileira hoje.

Almeida (2012), analisando o processo neodesenvolvimentista de redução crítica e desmobilização política no interior da classe trabalhadora, afirma:

Tal processo implicou uma boa dose de transformismo, com a mudança do perfil político-ideológico de uma série de quadros e mesmo agrupamentos partidários, no todo ou na parte, que abandonaram a luta antissistêmica e passaram para o campo da ordem (ALMEIDA, 2012, p. 701).

Assim, a classe trabalhadora está posta numa conjuntura em que é abertamente atacada, seus direitos são abertamente retirados, diariamente; em que o trabalho segue sendo amplamente aviltado; em que ela não consegue reagir, porque foi desarmada, desorganizada, morta politicamente, pois o período de conciliação a levou à uma brutal desarticulação. Encontra-se amplamente indefesa em meio a um processo em que a sua vida está em risco direto em razão, inclusive, da pandemia do coronavírus gestada por um governo que nega a importância da saúde pública, da ciência e da universidade e que nega, sobretudo, a importância da garantia e da reprodução da vida da classe trabalhadora até mesmo no seu sentido burguês.

⁵ REUNI: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. PROUNI: Programa Universidade Para Todos e FIES: Fundo de Financiamento Estudantil, que transferem recursos públicos para compra de vagas na rede privada, o segundo responsabiliza diretamente o estudante pelo pagamento da dívida. EBSEH: Empresa Brasileira de Serviço Hospitalares, terceirizou a gestão dos hospitais universitários em todo país e permite a prática da quarterização.

De forma que é preciso encerrar esta sessão como a outra pergunta, e a pergunta é a seguinte: *como é possível a classe trabalhadora analisar e compreender os fundamentos de um governo de extrema direita a partir do pensamento neodesenvolvimentista? A partir da hegemonia da ideologia da conciliação de classes, no bojo das organizações populares, como se pode analisar e compreender o atual momento em que se vive no Brasil? Como conceber saídas reais a esta conjuntura sem uma radical perspectiva de classe? Uma saída que não nos jogue numa fogueira mais quente ainda na próxima quadra!? Será que a saída para a classe trabalhadora, deste contexto, está na retomada da lógica da conciliação de classes?*

Esta é a pergunta que fica como desafio histórico para a classe trabalhadora brasileira, no âmbito da política, do pensamento social e do pensamento científico, da produção de conhecimentos, incluído aí o Serviço Social e os seus princípios éticos de defesa intransigente dos direitos humanos, da dignidade, da liberdade humana, em especial para o fim da reprodução dos mitos neoliberais, tanto da sua escola oficial, quanto do neodesenvolvimentismo, no campo da produção de conhecimentos e da formação e atuação profissional.

Nas palavras de um artista marginal, radicado no cerrado brasileiro, pode-se abrir esta discussão: "não se refaz a unidade e nem se reconstrói o que nunca existiu, só passando a história à limpo teremos verdade no nosso Brasil" (MUNDOCA, 2016⁶).

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Este artigo, pretendendo provocar o debate acerca da produção de conhecimentos em Serviço Social no Brasil atual frente à possibilidade do neodesenvolvimentismo arraigado, coloca em perspectiva as condições teóricas, metodológicas, éticas e políticas que se expressam na dimensão técnico-operativa do exercício profissional e na produção de conhecimentos em Serviço Social, cuja categoria pretende compreender e intervir na realidade vivenciada pela classe trabalhadora brasileira hoje. Introduce-se o debate da possibilidade de que a perspectiva da intenção de ruptura, o seu desenvolvimento e o aprofundamento crítico na perspectiva marxista tenham sofrido um atravessamento pela

⁶ Música: "Não acabou", de Maycol Mundoca, 2016.

lógica da conciliação de classes em razão da hegemonia que ela exerce hoje sobre a classe trabalhadora no Brasil.

A lógica e a perspectiva da conciliação de classes, reinterpretadas pelas frações hegemônicas da esquerda brasileira contemporânea, pode se expressar no interior da categoria profissional do Serviço Social por meio da substituição da luta pela divisão justa da renda socialmente produzida pela assunção da lógica da distribuição de "mínimos sociais"; a substituição da luta contra a desigualdade social, pela sua aceitação (administração) em troca de políticas compensatórias; a defesa da focalização das políticas sociais, dos critérios de seleção/exclusão; a reprodução de falsos discursos e ideologias como o da falsa possibilidade da conciliação dos interesses (inconciliáveis) das classes sociais fundamentais, entre outras ideologias que reduzem o rigor da perspectiva crítica.

No contexto do neodesenvolvimentismo arraigado, de redução do rigor crítico da formação e da atuação profissional – tanto em razão da adesão de importantes frações da categoria do Serviço Social brasileiro à política e à ideologia lulopetistas, assim como o seu atravessamento pelas políticas sociais e educacionais do período recente –, pode-se apresentar, no interior do conjunto profissional, graves limitações na análise, compreensão e intervenção na realidade social posta pelos governos de ultradireita, que assaltaram o poder desde 2016 por dentro da estrutura do Estado conciliador. Limites que podem levar ao apontamento (a defesa), como alternativa para a classe trabalhadora, da retomada da lógica da conciliação de classes, sob pena de perda "definitiva" da perspectiva classista revolucionária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, L. F. R; **Entre o nacional e o neonacional desenvolvimentismo: poder político e classes sócias no Brasil contemporâneo.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 112, p. 689–710, out|dez. 2012.

BRAVO, M. I.; MATOS, M. C. de. **Projeto ético-político do serviço social e sua relação com a reforma sanitária: elementos para o debate.** In: MOTA, A. E. (Org.). Serviço social e saúde: Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: OPAS, OMOS, 2006.

BRESSER-PEREIRA, L. C: **A crise da América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal?** XVIII Encontro Nacional de Economia da Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec), proferida em Brasília, em 4 de dezembro de 1990.

- CASTELO, R; **O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out|dez. 2012.
- GONÇALVES, R; **Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 112, p. 637-671, out|dez. 2012.
- IAMAMOTO, M. V; **O Serviço Social na contemporaneidade**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- LOPES, L; **Contrarreforma e corte de benefícios: o lucro com a miséria**. Le Monde Diplomatique Brasil, ed. Nº 123 de outubro de 2017.
- NETTO, J. P; **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 15 ed. São Paulo : Cortez, 2010.
- **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social. Brasília: UnB., Mod. 1, p. 91-110, 1999.
- : **Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 50, p.87 - 132, abril, 1996.
- PEREIRA, P. A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.
- PEREIRA, C. P. PEREIRA, P. A. P. **Cobiça capitalista, pandemia e o futuro da política social**. Argumentum, Vitória, v. 13, n. 1, p. 40-52, jan./abr. 2021.
- POCHMANN, M. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil**. São Paulo, Cortez, 2010.
- RIBEIRO, D; **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996
- SAMPAIO JUNIOR, P. A; **Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out|dez. 2012.
- TEIXEIRA, F. J. S; **O neoliberalismo em debate**. In: TEIXEIRA, Francisco J. S.; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (Org.). Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; 1996. p. 195-252.